



ÚLTIMAS ● CONFLITO NO MÉDIO ORIENTE OPINIÃO POLÍTICA ECONOMIA IMOBILIÁRIO REVISTA PODCASTS JOGOS



Por Iberdrola Mais Energia, Mais Vantagens Oferta 60€

Exclusivo

OPINIÃO

Contrarreforma laboral: prova dos nove para Presidente e governo



Daniel Oliveira

Montenegro está condicionado por Passos. Se levar a lei laboral ao parlamento e o Chega a chumbar, fica com o problema resolvido por culpa alheia. Se aprovar e o Presidente vetar, estreia-se num conflito com quem pode vir a precisar.

Se Seguro se desdisser, degrada a sua palavra e terá de compensar depois. Mas o Presidente pode pressionar a UGT a aceitar uma grave e desnecessária perda de direitos num momento de falta de mão de obra. Repetiria o papel histórico que teve no passado



12 MARÇO 2026 07:00

Só o fanatismo e a vaidade explicam a insistência numa contrarreforma laboral que retira direitos aos trabalhadores num momento de grave falta de mão de obra. Carência que se agravou com as restrições à imigração e, depois disso, com as tempestades de há um mês. Não é por acaso que, tirando a CIP e a sua radicalizada liderança, nenhum patrão pediu ou perdeu muito tempo a defender isto. Não resolve um problema aos empresários portugueses.

Dada a gravidade das propostas, **só sindicalistas incapazes cederiam a ela num momento em que a balança comercial cai, por falta de trabalhadores, para o seu lado.** Bem diferente do tempo da troika. Mas *spin* de Montenegro e do Observador já começou a associar a resistência (a qualquer proposta do governo, na realidade) a radicalismo de direita ou de esquerda – a UGT e o Chega estão iguais à CGTP, diz o delírio de uma direita a viver o seu PREC. Na realidade, a intransigência é do governo que, para além da insistência em traves mestradas que são o que de relevante há neste projeto, ainda agravou a sua proposta na reunião da última segunda-feira.

Mas esta contrarreforma tornou-se um **ponto sensível no orgulho frágil de Montenegro.** Porque a ministra avançou muito mais do que o primeiro-ministro acompanhou, chegando à rutura e à greve geral com o governo a dormir sobre o tema. Porque o estilo que Montenegro adotou para compensar a sua frágil minoria não permite passar a ideia de que

cede a seja quem for. Porque desautorizar quem já fechou as portas ao recuo abriria mais um foco de fragilidade no governo, depois da Saúde e da Administração Interna.

Isto foi **agravado pelas sucessivas intervenções de Pedro Passos Coelho** que, como se viu com a antecipação das eleições internas do PSD, deixou Luís Montenegro inseguro e acossado. Condicionando o governo, Passos fez desta lei, irrelevante para o futuro económico do país, mais uma **demonstração de autoridade que reforça a imagem austera e castigadora que a direita cultural adora**. O alfa e ómega do "reformismo" do governo. Porque, no nosso paupérrimo debate político, fazer "reformas estruturais" é bom, sejam erradas ou certas, necessárias ou desnecessárias.

Por outro lado, **António José Seguro** só foi claro, em campanha, sobre dois assuntos: que iria pôr fim à ideia marcelista de que um chumbo de um orçamento leva à dissolução do parlamento, o que desequilibrava a balança negocial para o governo, permitindo responsabilizar a oposição por crises políticas sem ter de ceder em nada de fundamental; e que **usaria o veto político para uma lei laboral desta natureza que não passasse na concertação social**. Curiosamente, os mesmos que diziam que fez uma campanha sem dizer nada agora acusam-no de ter falado demais.

Assim, a lei laboral será uma espécie de prova dos nove da relação entre o novo Presidente e o governo. A ministra, e agora quero acreditar que com autorização do primeiro-ministro, fez saber que **caso não haja acordo a negociação não será com a UGT, mas com o Chega**.

Se André Ventura for coerente com o que tem dito nas últimas semanas, a lei não passa. Não por qualquer tipo de preocupação social, mas pela impopularidade da proposta. Aí, o governo até ficaria com o problema resolvido — **as "reformas estruturais" não se fazem porque a oposição não deixa**. Claro que não seguiria o conselho abstruso e suicida de ir a eleições por causa de um pacote legislativo desnecessário e impopular. Mas ganharia este capital de queixa e livrar-se-ia da batata quente. Só não sei o que ficaria a fazer uma ministra que tem como único desígnio político aprovar um código do trabalho com o seu nome.

Mas se o Chega der o dito por não dito e regressar a uma das outras dez posições que já teve sobre o tema, que é sempre provável, a lei é aprovada e as coisas complicam-se.

Se Seguro cumpre a sua palavra e veta a lei, esta relação estreia-se com um conflito. É verdade que basta reapresentar a lei ao parlamento para ela passar, porque a direita tem dois terços. Para enfrentar Seguro, o PSD conta com o empenho do Chega e da IL. Mas que prazo de validade terá uma lei do trabalho recusada na concertação social, aprovada pela extrema-direita e vetada pelo Presidente? E que futuro se augura a esta relação institucional?

É bom recordar que Montenegro tem uma maioria curta, uma possível crise económica global à porta e um cenário parlamentar difícil. Seguro tem cinco anos pela frente (em princípio seguido de mais cinco), sem qualquer risco para si e muito pouco dependente do contexto. **É o primeiro-ministro que pode vir a precisar do Presidente, não o oposto**. Um mau começo é mau, antes de mais, para Montenegro. Mas é possível que queira tratar Seguro como tratava Marcelo e trata a oposição. Tem resultado.

Há também a hipótese de, depois de umas mudanças cosméticas, **o Presidente desdizer-se e não vetar a lei**. Sendo um mau começo para

si, por destruir a ideia de que a sua palavra tem peso, é cedo para isso lhe fazer moça definitiva. Mas é certo que terá de compensar essa brutal cedência mais à frente. Talvez em alguma coisa que seja mais do que a demonstração de força em que este pacote se transformou.

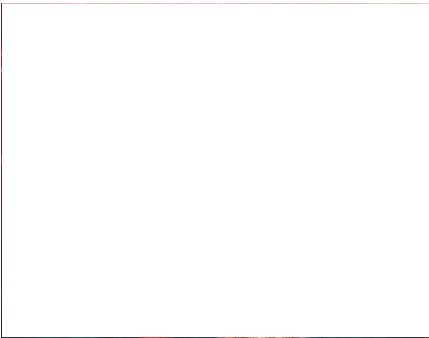
Há, no entanto, outra possibilidade: para evitar este embate, **Seguro pressionar a UGT**, cujo poder é dividido entre o PS e o PSD, para ceder. Para aceitar, num momento em que a balança económica está do lado dos trabalhadores, que estes percam bastantes direitos. Para fazer aquilo que nenhum sindicalista no seu perfeito juízo faria, ainda mais perante uma lei que não responde a nenhum desafio do futuro. Aceitar, como historicamente é hábito de Seguro, que **a moderação está algures entre o que existe e a derrota**. O Presidente compensaria isso com uns protestos vazios, mas vocais, pela falta de apoios às vítimas de catástrofes. Começa a parecer esse o cainho de Belém.

Nesse caso, Seguro iria **cumprir o mesmo papel pela segunda vez na sua vida política**. E mostrar que não se enganaram os que temiam que o fizesse. Seria um mau começo de mandato. E desnecessário. Conhecendo Montenegro, **não deixaria de determinar quem mandará nesta relação**.



Tem dúvidas, sugestões ou críticas? Envie-me um e-mail:
danieloliveira.lx@gmail.com

PUBLICIDADE



ÚLTIMAS NOTÍCIAS

André Ventura perde recurso sobre cartazes contra comunidade cigana no Tribunal da Relação

Música nova para o fim de semana: os desafios de James Blake, o funeral dos PAUS e os passos de Carlão

Óscares 2026: "A Voz de Hind Rajab" é "o ponto de ebulição do genocídio"

Fundação O Século abre alojamento local na Ericeira para financiar ações sociais